



Ricardo Fiúza reage às acusações feitas pela subcomissão de patrimônio: "Obra de um louco"

Deputado vai responder por empréstimos

Artifícios contábeis foram usados para evitar pagamento de dívidas com bancos oficiais

BRASÍLIA — O deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), incluído na lista das cassações da CPI do Orçamento, terá de responder na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) às acusações de falsidade ideológica e utilização do mandato para obter favorecimento pessoal. Essas denúncias envolvem mais de US\$ 18 milhões em empréstimos nos bancos oficiais e constam no relatório da subcomissão de patrimô-

nio da CPI. Fiúza também foi responsabilizado pelas emendas piratas ao Orçamento de 1992 e distribuição irregular de subvenções sociais.

De acordo com a subcomissão, o deputado usou artifícios contábeis para não pagar dívidas de suas empresas na Caixa Econômica Federal (CEF), Banco do Brasil (BB) e Banco do Nordeste nos últimos anos. A subcomissão de patrimônio informou também que, na CEF, a dívida da Usina Jatobá, que passou a

chamar Bititinga ao ser vendida pela família Fiúza ao grupo Coimbra, se aproxima de US\$ 4 milhões. No BB, tem um débito de US\$ 12 milhões. A subcomissão denunciou ainda contradições na operação de transferência da usina, como a venda por metade preço que Fiúza pagou ao comprá-la. O deputado nega as denúncias e as atribui à "obra de um louco", referindo-se ao senador José Paulo Bisol (PSB-RS), coordenador da subcomissão de patrimônio.

RELATÓRIO
APONTOU
FALSIDADE
IDEOLÓGICA